

A QUESTÃO INDÍGENA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO VALE DO JAGUARIBE, CEARÁ

The indigenous issue in the socio-spatial formation of the Vale do Jaguaribe, Ceará

La cuestión indígena en la formación socioespacial del Vale do Jaguaribe, Ceará



Geovana Mendes BARROS – Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8090-8726> URL: <http://lattes.cnpq.br/2914986338374915>
EMAIL: geovana_barros@hotmail.com

Leandro Vieira CAVALCANTE – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>
URL: <http://lattes.cnpq.br/4840870286350506>
EMAIL: leandro.cavalcante@hotmail.com

Maria Lucenir Jerônimo CHAVES – Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1091-9945>
URL: <http://lattes.cnpq.br/3690938578098922>
EMAIL: lucenir.chaves@uece.br

RESUMO

O estudo propõe uma reflexão teórica a partir de uma investigação bibliográfica sobre o papel da contribuição indígena no processo de formação socioespacial do Vale do Jaguaribe, no Ceará, interligando a inserção das atividades econômicas, principalmente a pecuária, com a questão indígena na região, que desde a chegada dos estrangeiros esteve envolta em muitos conflitos. Diante desse contexto, pressionados por uma estrutura irreversível, os grupos indígenas estabeleceram estratégias que resultaram em processos de resistência, mas que não impediu o invasor de continuar com o projeto colonizador de extermínio dos povos originários. Nesse sentido, essa análise, que trata de um aspecto importante sobre a história do Vale do Jaguaribe, nos possibilita interpretar a formação socioespacial dessa região a partir de um processo doloroso, com a entrada dos brancos e da pecuária, que juntos legitimaram a desapropriação das terras indígenas. Mesmo sendo brutalmente violentados e assimilados com o restante da sociedade, esses povos nos dizem que estiveram aqui e resistiram antes de nós através da presença marcante na toponímia dos municípios e nos costumes preservados. Apesar da tentativa colonial de eliminar os hábitos, identidades e culturas indígenas, estes não ficaram presos ao passado, pois continuam se reinventando, transformando e se organizando até os dias de hoje.

Palavras-chave: Questão indígena; Formação socioespacial; Vale do Jaguaribe.

Histórico do artigo

Recebido: 11 junho, 2021
Aceito: 16 agosto, 2021
Publicado: 15 outubro, 2021

ABSTRACT

The study proposes a theoretical reflection based on a bibliographic investigation on the role of indigenous contribution in the socio-spatial formation process of the Vale do Jaguaribe, in Ceará, linking the insertion of economic activities, mainly livestock, with the indigenous issue in the region, which since the arrival of foreigners has been involved in many conflicts. Faced with this context, pressured by an irreversible structure, indigenous groups established strategies that resulted in resistance processes, but that did not prevent the invader from continuing with the colonizing project of the original peoples' extermination. In this sense, this analysis, which deals with an important aspect of the Vale do Jaguaribe's past history, allows us to interpret the socio-spatial formation of this region from a painful process, with the entry of whites and livestock, who together legitimized the expropriation of indigenous lands. Even though they were brutally violated and assimilated with the rest of society, these peoples tell us that they were here and resisted before us, through the strong presence in the toponymy of the municipalities and in the preserved customs. Despite the colonial attempt to eliminate indigenous habits, identities and cultures, they were not stuck in the past, as they continue to reinvent themselves, transforming and organizing themselves nowadays.

Keywords: Indigenous Issue; Socio-spatial Formation; Vale do Jaguaribe.

RESUMEN

El estudio propone una reflexión teórica a partir de una investigación bibliográfica sobre el papel del aporte indígena en el proceso de formación socioespacial en el Vale do Jaguaribe, en Ceará, vinculando la inserción de actividades económicas, principalmente la ganadería, con la cuestión indígena en la región, que desde la llegada de los extranjeros se ha visto envuelta en numerosos conflictos. Ante este contexto, presionado por una estructura irreversible, los grupos indígenas establecieron estrategias que derivaron en procesos de resistencia, pero que no impidieron que el invasor continuara con el proyecto colonizador de exterminio de los pueblos originarios. En este sentido, este análisis, que aborda un aspecto importante de la historia pasada del Vale do Jaguaribe, permite interpretar la formación socioespacial de esta región a partir de un proceso doloroso, con el ingreso de blancos y la ganadería, quienes en conjunto legitimaron la expropiación de tierras indígenas. A pesar de que fueron brutalmente violados y asimilados con el resto de la sociedad, estos pueblos nos cuentan que estuvieron aquí y resistieron antes que nosotros, a través de su presencia en la toponimia de los municipios y en las costumbres conservadas. A pesar del intento colonial de eliminar los hábitos, identidades y culturas indígenas, estos no se quedaron atrapados en el pasado, ya que continúan reinventándose, transformándose y organizándose hoy en día.

Palabras-clave: Cuestión Indígena; Formación Socioespacial; Vale do Jaguaribe.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lima (2020), o espaço passa por múltiplas transformações ao longo da vida em sociedade, que são marcadas por sistemas de técnicas variadas que contribuem como componentes das forças produtivas e das relações sociais. Essas transformações resultam na formação socioespacial, que, segundo Andrade (2004), partindo de sua compreensão podemos indicar os modos de produção passados e compreender o atual estágio da sociedade.

Na formação socioespacial, “que constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo” (SANTOS, 1990, p. 192), há vários elementos na sua estruturação, um deles sendo a introdução das atividades econômicas. Particularmente no caso do estado do Ceará, Lima (2020) aponta que os europeus se apropriavam das terras dos povos originários, instalavam currais e faziam uso da força de trabalho dos dominados. Além disso, havia também o projeto civilizador que era realizado pelas missões religiosas, que buscavam ou catequizar os indígenas, expulsá-los da terra e destruir as suas identidades.

Intimamente interligada à formação socioespacial está a questão indígena, haja vista que desde a chegada dos estrangeiros no território, hoje chamado Ceará, os povos originários enfrentam problemas como expropriações e ameaças decorrentes da exploração de suas terras. O processo colonizador foi cruel e violento, e ainda, afetou a existência dos indígenas levando muitos grupos nativos ao “desaparecimento”. Nesse sentido, tomamos como local de estudo o Vale do Jaguaribe, no Ceará, que teve seu território consolidado a partir da introdução da pecuária e o extermínio dos indígenas.

Após a invasão portuguesa no território brasileiro, a produção açucareira ganhou força no litoral nordestino, tornando-se uma das maiores riquezas agrícolas e base da economia no período colonial. Já a pecuária, como atividade secundária, incidiu diretamente na formação socioespacial do sertão, a exemplo do Vale do Jaguaribe. A interiorização da pecuária nessa região se deu pelas margens do rio Jaguaribe.

A presença e a fixação do homem branco inquietaram os indígenas que se aliavam a outros grupos e resistiam frente ao processo civilizador. Isso acarretou em inúmeros conflitos, entre eles a “Guerra dos Bárbaros”. Esses conflitos, juntamente com a expansão da pecuária, testemunharam a resistência dos indígenas do sertão e contribuíram fortemente na consolidação do território jaguaribano.

Entretanto, é importante compreender como os novos espaços, que se expressam nas manifestações das ações antrópicas, desde a chegada dos brancos e a expulsão dos indígenas, se consolidaram e se reestruturaram. Com isso, neste trabalho, busca-se analisar o processo da formação socioespacial da região do Vale do Jaguaribe a partir da entrada da pecuária e o “desaparecimento” dos povos originários.

Para a construção deste artigo, a metodologia utilizada enquadra-se aos meios investigativos, através de um viés documental e bibliográfico, pois teve como característica levantar dados em documentos, livros, artigos e trabalhos de autores que abordam a temática. Além desses meios, os dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia

Estatística (IBGE) tiveram grande contribuição na construção de mapas e tabelas. O levantamento de dados para a realização da pesquisa considerou a dimensão da realidade e as diversas experiências humanas. Dessa forma, foram buscadas razões que contribuíram para a formação socioespacial do Vale do Jaguaribe.

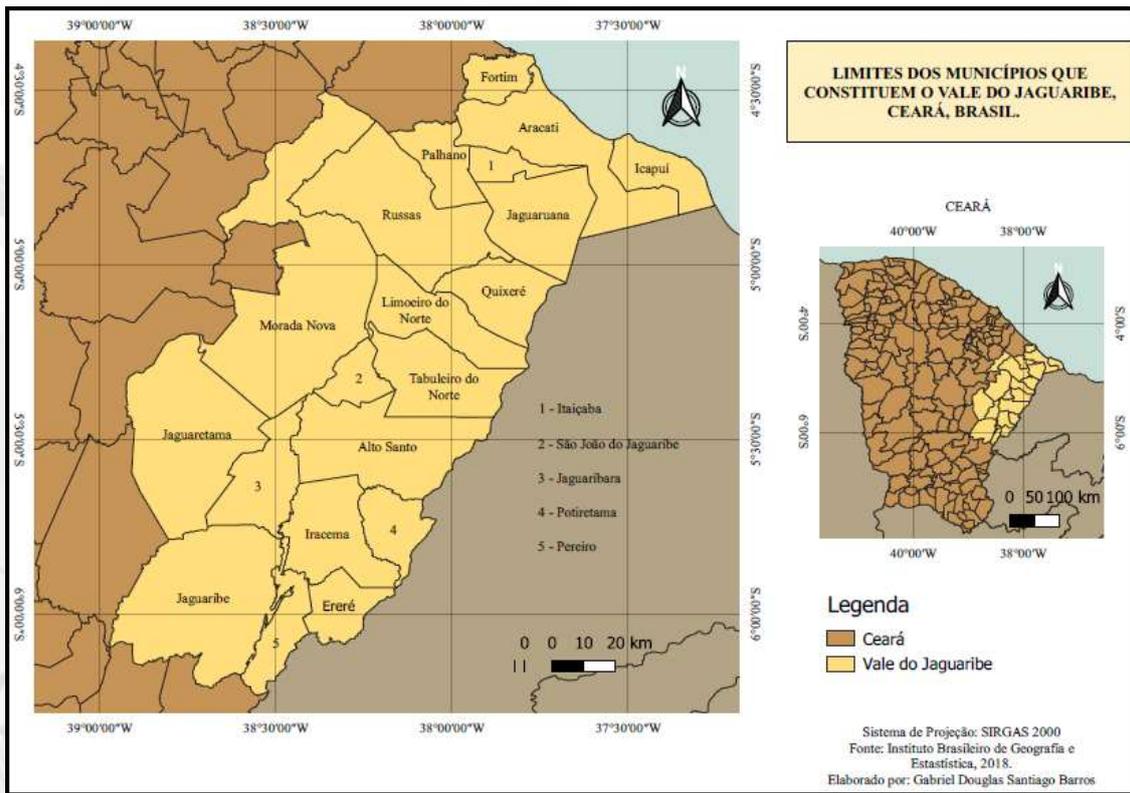
Com este trabalho, pretende-se apresentar os elementos responsáveis pela formação socioespacial, interligando o processo de interiorização da pecuária e o extermínio indígena na região do Vale do Jaguaribe. Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em mais quatro partes, sendo que no tópico dois, destacam-se os povos originários do Vale do Jaguaribe. No tópico três, demonstra-se a formação socioespacial e os conflitos ocasionados durante esse processo. No tópico quatro, o papel da pecuária no processo da formação socioespacial do Vale do Jaguaribe. No tópico cinco, a (re)existência indígena no Vale do Jaguaribe que está presente na toponímia e nos costumes preservados na contemporaneidade.

2 OS POVOS ORIGINÁRIOS DO VALE DO JAGUARIBE

Segundo Pedrosa e Almeida (2013), durante o período colonial os rios tiveram grande importância no desenvolvimento do Brasil, pois eram as principais vias para circulação e deslocamento de pessoas e mercadorias. No Ceará, o rio Jaguaribe foi uma das vias mais importantes na introdução das atividades econômicas, principalmente da pecuária, segundo discorrido por Girão (1986). Chaves (2016, p. 55) aponta que a primeira configuração espacial do Ceará se deu pela “abertura de caminhos trilhados pelo Estado português e pelos agentes sociais envolvidos com a atividade da pecuária”.

No Ceará, a região do Vale do Jaguaribe se consolidou por meio da atividade pecuarista (LIMA, 2002). Tratando-se de um vasto espaço geográfico no sertão do estado, a região jaguaribana é caracterizada por sua fertilidade e por seguir o curso do rio Jaguaribe, esse que já foi considerado o maior rio seco do mundo, passando de intermitente para a condição de rio perenizado (CAVALCANTE et al, 2006). Hoje, esse território é constituído por 20 municípios, sendo eles: Alto Santo, Aracati, Ererê, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Iracema, Jaguarétama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, como podemos ver no mapa 01, a seguir:

Mapa 01 – Municípios que constituem a região do Vale do Jaguaribe, Ceará



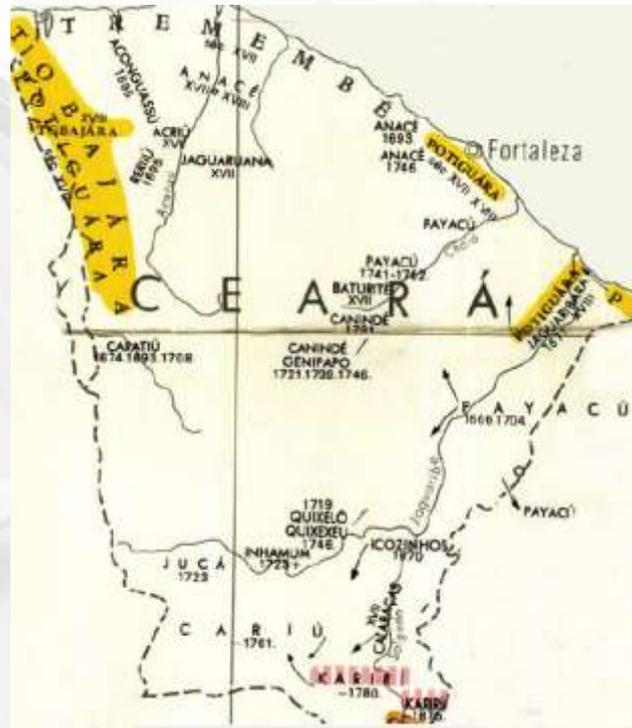
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Elaboração:** Gabriel Douglas Santiago Barros (2021).

Com clima tropical quente semiárido em praticamente todo o território, e tropical quente semiárido brando na região da Serra do Pereiro, o Vale do Jaguaribe é representado pela sua fertilidade natural. Há tempos é sustentado pela agricultura familiar, e nas últimas décadas do século XX tornou-se alvo das grandes corporações mundiais, tendo sua paisagem atual reformulada pelo uso intensivo de tecnologias modernas de cultivo e de produção e dos produtos da indústria agroquímica no modelo de desenvolvimento pensado para o campo a partir do viés do agronegócio. Essa nova reconfiguração, principalmente no campo, acarretou diversos problemas sociais, num território marcado por uma resistência histórica, iniciada pelos indígenas, e atualmente, no século XX, tem acentuado a luta de sua população camponesa pela terra e pela água.

Sobre a presença indígena nas ribeiras do rio Jaguaribe, Studart Filho (1931) menciona os Potiguara do ramo Tupi e outros grupos do ramo Tarairiú, também conhecidos como Tapuia. Os Potiguara que foram expulsos do Rio Grande do Norte declaravam-se adversários dos portugueses no início do processo colonizador no Brasil, mas não se consolidaram na região, pois viviam em constantes conflitos com os europeus e com os Tapuia. Já os Tapuia eram classificados como uma nação de língua independente, se

subdividindo em grupos, a exemplo dos Canindé, Jenipapo, Jaguaribara e Paiacu (FERREIRA NETO, 2011).

Figura 01 – Detalhe do mapa etno-histórico do Ceará adaptado do mapa de Nimuendaju (1944)



Fonte: IBGE (1987).

Ao analisar a figura 01 da representação do mapa do Ceará, é possível observar os grupos indígenas e o ano da invasão do território cearense, com destaque para os Jaguaribara e os Paiacu no Vale do Jaguaribe. Na imagem percebemos que os grupos Canindé e Jenipapo estavam situados próximo da ribeira do Choró e não da ribeira do Jaguaribe, como colocou Ferreira Neto (2011). Mas não se pode dizer que o autor está equivocado, é importante considerar as circularidades desses povos, que em sua grande maioria tinha em comum a característica seminômade, o que dificultava a precisão de sua localização no momento de chegada dos portugueses.

A representação dos povos, ditos Tapuia, sempre esteve associada à compreensão de sertão, que até então era um espaço desconhecido pelos europeus e pelos povos Tupi, conforme assegura Apolinário (2009). Segundo Pompeu Sobrinho (1939), as informações referentes aos Tapuia são escassas e baseadas nas informações dos Tupi e nas crônicas dos estrangeiros que tiveram contato com esses grupos durante as expedições. Os

principais traços a fim de mostrar a pluralidade da população autóctone do sertão atentavam-se ao comportamento seminômade e por viverem da pesca e da caça.

Considera-se que a representação dos povos originários possui uma visão extremamente estereotipada, e por isso muitas vezes os indígenas são tidos como selvagens e viris. Herckman (1639 apud POMPEU SOBRINHO, 1934), um neerlandês que esteve pelo sertão em expedições, registrou que os Tapuia possuíam “corpos robustos”, “ossos fortes” e a “cabeça grande com cabelos pretos, grossos e ásperos”. Segundo o autor, esses povos estavam sempre nus, exceto em momentos de guerras, quando cobriam seus corpos com penas e escondiam o membro viril com a própria pele e folhas.

Quanto à religião, possuíam suas representações divinas, com a presença de feiticeiros, curandeiros e videntes. Nos períodos de guerras, os nativos consultavam às suas divindades em busca de informações a respeito dos resultados que teriam os confrontos. Herckman (1639) alega que os Tapuia eram conhecidos pelas habilidades, como correr com rapidez, elaborar seu próprio armamento e perseguir seus inimigos com valentia. Antes de saírem para batalhar, costumavam dançar segurando as armas. Seus armamentos eram compostos de arco e flecha e machado de mão com cabos compridos.

Segundo os relatos apresentados por Herckman (1639), os Tapuia não andavam organizados, levavam uma vida bem descontraída. Não possuíam hábitos de plantar e quando chegavam períodos mais escassos dirigiam-se para áreas litorâneas onde os alimentos, principalmente o caju, eram encontrados com mais facilidade. O fruto do caju, para alguns grupos indígenas espalhados pela região Nordeste do país, tinha uma atenção especial, era associado à sua visão mística. Com isso, o caju além de alimentação básica, ganhou significado místico, conforme evidenciado por Vicente (2011).

De acordo com Herckman (1639), os Tapuia possuíam seus próprios rituais. Um deles era realizado na passagem de idade de sete para oito anos dos meninos, quando o ancião levantava o menino e os outros furavam a parte inferior da orelha e dos lábios, colocando uma pedrinha colorida. Esse ritual marcava a virilidade, e depois disso continuavam o rito com festas. Outro rito era a prática do endocanibalismo, ou seja, quando um deles morria, os outros comiam o corpo. Nesse ato, acreditavam que não poderiam ficar mais bem guardados do que dentro de si mesmos.

Herckman (1639) também destaca que se as mulheres parissem e a criança nascesse morta, eles comiam da mesma maneira que os outros cadáveres. As crianças aprendiam a andar cedo e a nadar com nove a dez semanas de vida, as quais lançadas na água para aprender a nadar, por isso eram ótimas nadadoras. Herckman (1639) relatou

que em geral alguns atingiam uma idade muito avançada e quando não podiam mais andar eram carregados em redes. Quanto mais velho era o nativo do sexo masculino, mais honrado. Diferente das mulheres, que quando pariam mais de duas vezes eram tratadas como escravas.

Ainda de acordo com Herckman (1639), nas terras desses nativos não tinham gado ou outros animais que serviam de alimento, exceto o porco selvagem. Nos rios tinham peixes grandes que os mordiam e machucavam quando estavam nadando. Das árvores tiravam uma espécie de mel, que usavam como alimento. Nas suas viagens passavam dias sem encontrar água, se hidratando apenas do orvalho das manhãs que ficavam nas folhas e entre as pedras. A cultura Tapuia se distinguia bastante da Tupi. Segundo Pompeu Sobrinho (1939), os Tapuia se mostravam inferiores quando se tratava de guerras. Os Tupi olhavam os nativos do sertão como inimigos bárbaros e inferiores.

Essa imagem dos Tapuia é estereotipada, pois é construída a partir de prejulgamentos considerados pela visão do colonizador europeu. A disseminação da imagem dos povos originários como selvagens e inferiores é consequência da dominação que se perpetua pela falta do devido conhecimento. Os povos originários, durante o período colonial, não desenvolveram a escrita, e as únicas memórias registradas são frutos do olhar invasor, que os apresenta como monstros ferozes do sertão. Devido a isso advém a necessidade de ficar atento à forma como são representados, porque essas representações foram criadas provenientes da visão de viajantes europeus.

Os povos originários que habitavam o Vale do Jaguaribe tiveram a sobrevivência ameaçada e foram desaparecendo durante o processo civilizador. Sobre as áreas ocupadas, Vicente (2011, p. 16) aponta:

A região que margeia o rio Jaguaribe era habitada por diversos povos nativos, de diferentes famílias linguísticas, entre eles os Icó, pertencentes a família linguística Cariri, que ocupavam terras que iam desde a margem direita do rio até o rio do Peixe, na Paraíba. Na margem esquerda do Jaguaribe, próximo ao litoral, até o rio Mundaú e serra de Baturité viviam os índios Jaguaribara. Ainda próximos do litoral estavam os povos chamados de Anacé conhecidos por rivalizar com vários outros grupos da região próxima. Por fim, entre a margem direita do baixo Jaguaribe, o Apodi; e o rio Açú, da capitania do Rio Grande, viviam os índios Paiaku, destacados por diversos historiadores como um dos mais hostis da região e constante infortúnio a ocupação da capitania do Ceará como colocou Studart Filho: 'Tornam-se, assim, um obstáculo sério ao fácil comércio entre o Ceará e as Capitânicas vizinhas, e, o que é mais grave, um estorvo constante ao povoamento da ribeira do Jaguaribe'.

Os Jaguaribara e os Paiacu eram inimigos e estavam em constantes conflitos. De um lado, o povo que se aliou ao homem branco e, de outro, o povo que reagiu e lutou contra o sistema opressor. Vicente (2011) aponta os Jaguaribara como um grupo forte que se aliou aos portugueses e foram vistos como uma força militar na região. Sobre os Paiacu, povo que resistiu fortemente ao processo da conquista, não há muitas informações, pois essa etnia foi consideravelmente reduzida em um ato cruel durante um conflito duradouro conhecido como “Guerra dos Bárbaros”.

Esse conflito foi assim denominado por tratar-se de um confronto devastador protagonizado por indígenas do sertão contra os invasores brancos. A “Guerra dos Bárbaros”, que foi um dos principais conflitos do Nordeste, teve relevante influência na formação socioespacial do Vale do Jaguaribe, por ter ocorrido também nessa região, e afetou a existência dos indígenas que tiveram suas terras tomadas pelos portugueses. Portanto, é importante pensar e compreender sobre a dinâmica social das relações dos nativos entre nativos e das relações que se construíram com o espaço após a chegada dos homens brancos.

3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SEUS CONFLITOS

Santos (1988) diz que o espaço é a junção de coisas e de relações, devendo ser considerado, de um lado, um conjunto de objetos geográficos, naturais e sociais, e de outro, a sociedade em movimento. Os dois lados não estão desassociados, possuindo juntos um papel importante na formação socioespacial, que, segundo o autor, cria e se recria em permanência numa ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, social e política, possuindo valores próprios e particulares aos homens e as ações procedentes dela. Assim, a construção da sociedade e do espaço pode ser explicada pela formação socioespacial (SANTOS, 1990), a qual se reflete na organização e nos usos do território.

A formação socioespacial do Ceará, percorrida por Lima (2002, 2020), se constituiu a partir da tomada de terras dos povos indígenas que povoavam o território cearense. A capitania de Pernambuco, por não possuir terras próprias e suficientes para a criação de gado, mandava seus homens instalarem fazendas na capitania do Ceará. Esses homens atravessavam matas fechadas e terras pertencentes aos nativos até chegarem às margens dos rios para colocar o gado para pastar. Isso sucedeu o emblemático e violento processo de conquista dos sertões do Ceará pela pecuária, já que no litoral predominava o cultivo de cana-de-açúcar (GOMES, 2010).

Gomes (2010) aponta que com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no litoral deu-se início à conquista das terras do interior da capitania do Ceará, por intermédio dela a pecuária ia sendo empurrada para o sertão e com extrema violência tomava terras da população indígena. As terras pertencentes aos nativos foram expropriadas e passaram a ser parte das “unidades administrativas criadas sob as ordens regulatórias impostas, desmembrando povos irmãos” (LIMA, 2020, p. 14).

No Vale do Jaguaribe, os criadores encontravam condições favoráveis para expandir os rebanhos, atender o mercado de carne e de outros produtos, como o couro. Era comum que as fazendas fossem instaladas bem próximas umas das outras, o que contribuiu na formação dos primeiros núcleos urbanos. Dessa forma, além dos currais, o comércio do gado colaborou com a tomada do interior da capitania:

O comércio do gado, cujo transporte era feito através das estradas de boiadas, foi o que permitiu uma maior ocupação do espaço cearense incluindo o nascimento de núcleos urbanos. Alguns desses núcleos, já existentes, se ampliaram com o deslocamento de mercadores de um para outros lugares, como o exemplo de Crato: ocorreu a partir de 1850, com a chegada ao Crato de comerciantes de Icó, verificou-se, aí, grande surto comercial (DINIZ, 1989 apud LIMA, 2002).

A introdução da atividade pecuarista encarregou-se pela responsabilidade da ocupação e da economia da extensa área do território jaguaribano, conforme evidenciado por Lima (2002). De acordo com Valverde (1967), o rio Jaguaribe, a vegetação rala da Caatinga, o relevo, os afloramentos espontâneos procurados pelo gado, entre outros fatores, facilitaram o acesso a essa região, mas outros elementos como a falta de água ligada às secas intermitentes e os pastos pobres não facilitaram a sua consolidação.

A conquista das terras sertanejas deu-se, principalmente, pelas margens dos rios, sendo que no Ceará as ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú foram as mais importantes nesse processo. Carvalho (2013) frisa que além da entrada por esses dois rios, desbravadores baianos que iam em direção ao estado do Piauí, seguiam o rio São Francisco e chegaram ao Ceará pela região do Cariri. O autor ainda fala de uma expedição realizada pelo capitão-mor Pero Coelho de Souza, que saiu da Paraíba em direção ao Maranhão para expulsar os holandeses e adentrou ao Ceará, onde teve contato com lideranças indígenas.

O topônimo da região jaguaribana apresenta o nome e a importância do principal rio, o Jaguaribe, esse que foi o mais importante no processo histórico da ocupação das terras do sertão do Ceará, sendo a “porta de entrada” dos criadores de gados vindos do

Rio Grande do Norte e de Pernambuco (SILVA, 2013). A introdução da criação de gado encarregou-se pela responsabilidade da ocupação econômica de extensa área do território correspondente ao Vale do Jaguaribe, conforme evidenciado por Girão (1986) e Lima (2002). A intensificação do povoamento nessa ribeira deu-se no final do século XVII.

Assim como em todo o território brasileiro, esse processo da tomada de terras aconteceu mediante inúmeros conflitos. Primeiramente, e continuamente, dos estrangeiros contra os indígenas, e em seguida, dos estrangeiros contra estrangeiros. Esses conflitos eram mais presentes no litoral açucareiro, pois o reino luso-hispânico tinha uma rivalidade com relação aos holandeses e franceses, que era alimentada pelas investidas e invasões em posses. No Ceará, a invasão holandesa ocorreu porque o território encontrava-se fragilizado e abandonado pela coroa ibérica. Não contentes, os portugueses efetivaram o domínio territorial com o povoamento de terras devolutas, que pertenciam aos indígenas do sertão e que eles viam como terras sem utilidades (CARVALHO, 2013).

Vicente (2011) aponta que antes da chegada dos europeus, a população autóctone seguia seus próprios sistemas sociais e culturais, já que as alianças e confrontos eram estabelecidos entre si. Com a presença dos brancos, esses sistemas passaram por modificações em decorrência de uma nova disciplina e lógica social imposta pelo invasor. Esse processo foi cruel, não dando escolha aos nativos que tiveram que modificar sua sociabilidade face à invasão de seus territórios. Andrade (1986, apud LIMA, 2002, p. 7) resume o embate entre os nativos e os brancos:

Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construíam casas, levantavam currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d'água durante quase todo o ano. Vivendo na Idade da Pedra, retirando o sustento principalmente da caça e da pesca, o indígena julgava-se com o direito de abater os bois e cavalos dos colonos, como fazia com qualquer outra caça. Abatido o animal, vinha vindita e a reação ao indígena e, finalmente, a guerra. Guerra que provocou o devassamento do interior e que se concluiu com o aniquilamento de poderosas tribos e com o aldeamento dos remanescentes. Guerra que possibilitou a ocupação, pela pecuária, do Ceará, do Rio Grande do Norte de quase toda a Paraíba.

Os invasores, com a criação de gado, passaram a controlar mais terras, aumentando seu domínio por meio da desapropriação, expulsão e massacres de indígenas que eram substituídos pelo gado e usados como mão-de-obra escrava. A partir da pecuária outras atividades iam se difundindo, como foi o caso da produção de algodão, que também

fazia uso da mão-de-obra indígena. “O surto do algodão como produto alternativo da economia cearense se deu em propriedades de tamanho pequeno, geralmente em mãos de parceiros e arrendatários do latifúndio” (FERREIRA NETO, 2011, p. 26).

Conforme assevera Palitot (2009, p. 67), “essa região era reputada como sendo a melhor área para o criatório de gado, iniciando sua ocupação pelos sesmeiros por volta do final da década de 1670”. A distribuição de sesmarias, entendidas enquanto lotes concedidos aos europeus em nome do rei de Portugal, foi um evento doloroso para a vida dos povos originários da região jaguaribana. Essa medida administrativa, para o europeu, visava cultivar terras incultas e intensificar o povoamento da região. As terras “incultas” eram divididas e registradas como terras abandonadas, mas que na verdade pertenciam aos nativos que perderam seu território para a instalação e perpetuação da ganância dos homens brancos.

A pecuária não gerava muito capital como a produção açucareira. Na medida em que ela ia sendo consolidada, os recursos tornavam-se cada vez mais escassos, e, para suprir a necessidade, escravizavam os indígenas. Em relação a essa situação que os indígenas foram submetidos, Ribeiro (1995) descreve-os como “escravos de pobre”, pois a mão-de-obra indígena era mais barata.

Além da pecuária, havia também as expedições religiosas, que tinham como objetivo catequizar indígenas, que por sua vez eram conhecidos pela valentia por não se permitirem facilmente sucumbir aos desejos do homem branco. O comportamento dos indígenas não parecia correto na visão do colonizador, e por isso a necessidade de alterar significativamente a vida desses povos. Ofereciam uma falsa paz e festas para que em um momento de descontração pudessem converter os nativos. Mediante essas investidas, em determinados momentos os cristãos colonizadores conseguiam concretizar a sua missão de catequização.

Essas missões vinham com a ideia de destruir as manifestações culturais que não condiziam com a visão europeia colonizadora e religiosa, que junto à criação de gado, tomavam terras e atormentavam a vida dos indígenas que resistiam fortemente. O apreço ao território foi um dos motivos da resistência. Vencidos pelo agravamento do processo colonizador exterminador e etnocida, e com a consolidação da pecuária, o indígena ficou entre a escravidão dos brancos e a opressão da religião.

Com a formação dos núcleos populacionais ligados ao gado e as missões, os nativos perceberam que seu espaço estava se reformulando e se adequando à ambição inacabável do homem branco. De acordo com Lima (2002), a reformulação do sistema e do

espaço geográfico modificou as funções e fez surgir novas formas de atender os fluxos de produção e novas relações, que se adequaram a modernidade de então. Tudo isso, associado a outros fatores, acarretou no processo de intensificação da formação socioespacial jaguaribana mediante extermínio dos povos indígenas.

A ocupação do Vale do Jaguaribe encaminhou-se para um processo violento, pressionado por uma estrutura irreversível. Como alternativa os grupos indígenas estabeleceram estratégias de sobrevivência, sendo elas individuais ou coletivas. Isso acarretou inúmeros conflitos, sendo a “Guerra dos Bárbaros” a mais representativa da história de resistência e de formação socioespacial da região.

A “Guerra dos Bárbaros” foi assim denominada por tratar-se de um confronto devastador, duradouro e sangrento protagonizado por indígenas do sertão contra invasores brancos entre os séculos XVII e XVIII (SILVA, 2018). Indignados com o sistema que se consolidava, muitos grupos Tapuia uniram forças para combater o processo colonizador. Esse conflito, em especial, por ter acontecido também no Vale do Jaguaribe, influenciou na existência e nos rumos tomados pelos grupos indígenas dessa região.

Tal conflito colocou os Tapuia como obstáculo no projeto colonizador. No contexto da “Guerra dos Bárbaros”, Araújo (2007) aponta que muitas mudanças ao empreendimento militar foram aplicadas para conter a resistência indígena. Para Studart Filho (1958), os Tapuia uniram-se em uma resistência organizada e generalizada na Capitania do Norte para lutar contra o avanço do processo colonizador. Vicente (2011, p. 78) discorda e acredita que os indígenas poderiam estar animados com o “confronto havido entre outros grupos e, assim, resolvido construir, também, uma resistência aos colonizadores, mas seria muito improvável que essa resistência tivesse se construído de forma organizada”.

Segundo Araújo (2007), os invasores contavam com a ajuda da força dos “paulistas”, que eram militares especialistas em massacrar indígenas. Abreu (1954 apud ARAÚJO, 2007), ao citar um autor anônimo em relação a “Guerra dos Bárbaros”, diz que sem esses homens o invasor não teria chance de vitória frente aos Tapuia que protagonizavam este conflito.

Durante o conflito, para conter a resistência indígena, foram instalados aldeamentos e presídios para que os indígenas se aliassem e a fixação do território fosse concretizada. Com os avanços transformadores gerados por esse combate, os indígenas perderam terras, foram marginalizados, presos e inseridos nos aldeamentos. Alguns indígenas que conseguiram escapar foram perseguidos e violentados. Esses indígenas em momentos que exigiam resistência eram interpretados como selvagens pelos moradores

da região, que para contê-los faziam uso da chamada “guerra justa”.

Para que essa “guerra justa” fosse instalada era necessário seguir algumas condições, como foi colocado por Araújo (2007, p. 17):

Álvaro Pais enumerou então cinco condições para a realização da guerra justa: em primeiro, a persona, que era a condição em que leigos e clérigos podiam participar de uma guerra, embora os sacerdotes devessem restringir-se ao trabalho espiritual; em segundo, a res, que era a condição de preexistência de uma injustiça do adversário para que a guerra fosse declarada; em terceiro, a causa, condição que previa ser a guerra um mal necessário para atingir a paz, mesmo que de “per si” ela fosse considerada má; em quarto lugar, o animus, que era a condição de que mesmo tendo a guerra um motivo legítimo pode tornar-se injusta se a intenção for conduzida por ódio ou vingança; e quinto e último, auctoritas, que era a condição de que só é dada ao Príncipe ou à Igreja a declaração de guerra, pois uma declaração de guerra por particulares era nula.

A “guerra justa” foi um instrumento exterminador usado para justificar o aprisionamento e escravização indígena, utilizando como argumento à hostilidade dos indígenas quando se rebelavam, ou seja, quando se mostravam resistentes. Esse movimento gerou inúmeras consequências para os nativos, no qual as mulheres e as crianças foram estupradas e capturadas, e os homens adultos, quase que totalmente, foram executados, conforme afirma Ferreira Neto (2011).

As relações que os nativos tinham com esses espaços se reinventaram várias vezes e de muitas maneiras. Esses episódios conflituosos foram responsáveis pela reconfiguração identitária dos originais da terra e da reestruturação do território jaguaribano até os dias de hoje. Por diversas vezes precisaram se reinventar e resistir diante das situações postas. Esses confrontos, como a “Guerra dos Bárbaros” e a “guerra justa”, diminuíram a força indígena na região ao ponto de levar ao seu suposto “desaparecimento”, pois a partir disso precisaram reelaborar seus espaços, crenças e costumes em busca de garantir sua sobrevivência.

4 INVASÕES DE BRANCOS E BOIS: O PAPEL DA PECUÁRIA

A formação socioespacial do Brasil esteve centrada na realização de atividades econômicas, principalmente das que foram instaladas no Nordeste, no litoral a cana de açúcar e no sertão semiárido, a pecuária. A primeira instalada na Zona da Mata, favorecida pelo clima e pela fertilidade do solo, e a outra, centrada na criação de gado, que devido a

escassez de atrativos econômicos, como ouro e especiarias de grande valor, foi inserida pela Coroa no sertão buscando garantir grandes propriedades agrárias para propiciar a apropriação definitiva do território.

Segundo Lima (2020), a pecuária, que foi expulsa do litoral pela produção açucareira, surge como atividade complementar à economia colonial da coroa portuguesa. De acordo com Valverde (1967), até meados do século XIX, as três principais zonas de criação eram: o sul de Minas Gerais, as planícies e planaltos do Sul e os sertões do Nordeste.

Na parte mais setentrional do sertão, esculpido por vales, está o Ceará, antes chamado de Capitania do Siará-Grande. Nesse, está o Vale do Jaguaribe, que teve suas terras ocupadas por grandes fazendas de gado (LIMA, 2020). Entrando pela ribeira do Jaguaribe, a pecuária teve suas vias bem definidas. Essa ribeira foi a reguladora da ocupação do Vale do Jaguaribe e é considerada uma das áreas mais importantes do Ceará (PINHEIRO, 1999 apud GUERRA, 2012). Segundo Lima (2020, p. 111), “os criadores encontraram as condições favoráveis para expandir os rebanhos, com o fim de atender o mercado regional de carne e de outros produtos, como o couro”.

Na região, e encontrando-se com os nativos, os homens brancos ofereciam cavalos em troca de terras, mas nem todos estavam dispostos a perderem suas terras e reagiam, resultando em episódios de extrema violência. Valverde (1967) destaca que, segundo a Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695, as fazendas seguiam um padrão e tinham que ser medidas ao longo de um rio, tendo três léguas de comprimento e uma légua de largura para cada margem. As fazendas não eram divididas com cercas, e ficava um espaço de uma légua entre as terras.

De acordo com Valverde (1967) e Mendes (2016), a criação do gado era bastante obsoleta. Os cuidados dos animais resumiam-se em cura de feridas e defesa de animais selvagens. Criado solto no pasto, o gado era marcado a ferro para demonstrar que eram posse de algum fazendeiro. Além de serem mercadorias, eles eram usados como frete, mas nos percursos acabavam morrendo de exaustão, fome e sede.

Mesmo com a característica seca da região, com poucos índices de chuva, e com a resistência indígena frente a instalação das fazendas, os brancos continuaram se estabelecendo nas terras. Lima (2002, p. 6) fala sobre um porto construído em Aracati que evidencia o impulso econômico que a pecuária encontrou na região jaguaribana:

Posteriormente, apesar das secas e da reação dos indígenas e sempre penetrando em terras desconhecidas, os vaqueiros puderam estabelecer-se nas margens do rio Jaguaribe. O porto construído, chamado Porto dos Barcos (Aracati), logo veio a servir de escoadouro da carne. Consolidava-se o portal que daria condições para o fluxo de pessoas e mercadorias entre a colônia e outros centros mais dinâmicos, como Recife e Salvador. A invasão dos holandeses a Pernambuco, as consequentes escaramuças para expulsá-los, impulsionou a imigração de pernambucanos, portugueses e paraibanos para a região do Jaguaribe. Com esse fluxo de imigrantes, Aracati tomou impulso, como centro de poder e de produção.

Lima (2002) ainda destaca que o comércio da carne bovina e do couro fez com que Aracati fosse uma das primeiras áreas economicamente desenvolvidas do Ceará. Os fluxos de mercadorias vindos das áreas mais altas do Vale do Jaguaribe se direcionavam para o litoral aracatiense. Além de Aracati, o autor ainda cita outro núcleo da atividade pecuarista, a Vila de Russas, cujo povoamento e formação socioespacial foi resultado da ocupação de fazendas de gados e de plantações.

Vicente (2011) diz que os vaqueiros dos currais moravam e dormiam ao ar livre e dispunham de carne e leite, bem como de frutas e mel encontrados na natureza. Além disso, o autor fala que novas fazendas eram estabelecidas por meio da remuneração dos vaqueiros na prática da quartição, em que para cada quatro bezerros nascidos, um era do vaqueiro. Isso acelerou a expansão da criação de gado na região jaguaribana.

O gado também era utilizado para transportar as mercadorias dos engenhos, e os impostos arrecadados eram a principal fonte para combater os nativos e os negros que resistiam frente a Coroa. Essa resistência se dava porque a ocupação do território por parte dos portugueses considerava que para a instalação das fazendas fosse imprescindível a desapropriação da população autóctone e a escravidão de negros africanos.

A entrada do homem branco com seus bois e agregados nessas terras não foi satisfatória para os indígenas locais. A instalação das fazendas nas áreas mais férteis do Vale do Jaguaribe expulsou os nativos para lugares onde a escassez de água era mais intensa. Os indígenas, que antes tiravam seu sustento da natureza, a exemplo da caça e da pesca, passaram a abater o gado. Os brancos revoltados submeteram os indígenas ao aniquilamento e a aldeamentos remanescentes para que o território fosse totalmente ocupado pela atividade pecuarista (ANDRADE, 1986 apud LIMA, 2002).

Na formação socioespacial do território jaguaribano sob o sistema opressor, as terras indígenas passaram a ser dominadas pelo homem branco. Foi um processo cruel que não deu oportunidade do nativo participar desse sistema sociopolítico-econômico de forma que o beneficiasse. A pecuária e o latifúndio se consolidaram sobre terras e

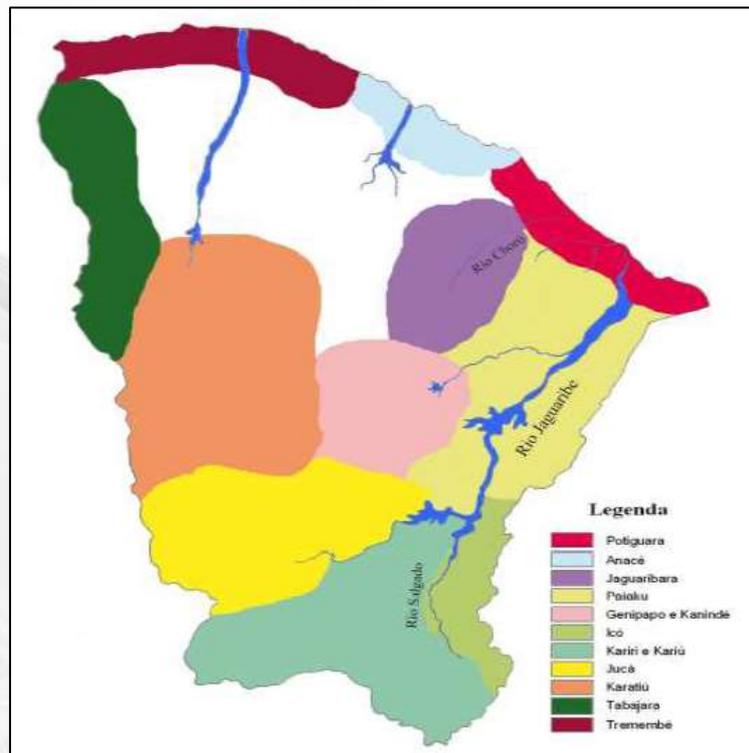
existência dos indígenas, que não se renderam facilmente ao etnocídio causado pela chegada do europeu. O invasor, friamente, tomou as rédeas do processo apagando as arestas indesejáveis, tirando o nativo de seus costumes e o inserindo no seu sistema. Dessa forma, o que restou foi um arremedo de pessoas inferiorizadas pelo processo colonizador, sem identidades e invisibilizadas no tempo e no espaço.

5 A (RE)EXISTÊNCIA INDÍGENA NO VALE DO JAGUARIBE

A problemática sobre questões étnicas tem ocupado um lugar importante nas lutas sociais na contemporaneidade, e cada vez mais os grupos indígenas emergem no cenário político reivindicando seus direitos. Segundo Leite Neto (2006), o Nordeste, ressaltando o estado do Ceará, é um dos territórios em que mais tem mostrado essa busca pelo reconhecimento desde as últimas décadas do século XX. Antunes (2012, p. 9) aponta que o “Ceará é considerado o terceiro estado do Nordeste em que, numericamente, o fenômeno de ressurgimento étnico é mais latente”.

Isso ocorre em virtude de o Ceará ter sido um dos primeiros estados do Brasil a declarar não existir povos nativos em seu território. Isso porque durante o século XIX cada Estado Nação adaptou suas práticas políticas, socioeconômicas e culturais aos modelos da civilização europeia que negava a presença e influência de indígenas e negros. Por essa razão, o governo provincial do Ceará, em um decreto do ano de 1863, afirmou não haver a presença indígena no Ceará, alegando que estes já haviam se misturado com a sociedade atual. Essa atitude propagava a lógica da ideologia do estado nacional, refletindo até os dias de hoje na existência indígena (ANTUNES, 2012).

Os debates acerca das questões indígenas no Vale do Jaguaribe ainda são bem limitados, pois diferentemente de outros lugares do Ceará, os indígenas dessa região foram exterminados quase que por completo. Não deixaram muitos registros e as informações atualmente são bem limitadas, fragmentadas e de veracidade duvidosa. Mesmo assim, Vicente (2011) elaborou um mapa com distribuição dos povos indígenas do Ceará no século XVII, e na região correspondente ao Vale do Jaguaribe podemos observar a presença de alguns grupos, sobretudo dos Paiacu e dos Potiguara, mas também dos Jaguaribara, Icó, Jenipapo e Canindé.

Figura 02 – Distribuição dos povos indígenas do Ceará no século XVII

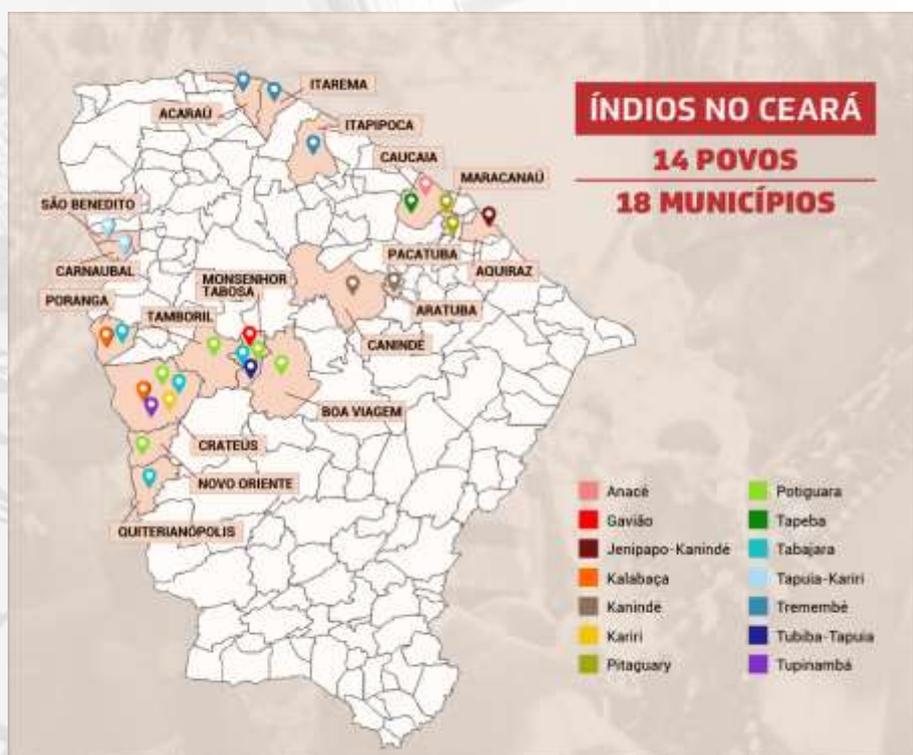
Fonte: Vicente (2011, p. 11)

Com a consolidação da pecuária, Dornelles (2017) diz que os invasores afirmavam que indígenas cearenses estavam “misturados” e vivendo junto da “civilização”. Essa negação e silenciamento da condição étnica era um método utilizado para apropriação das terras nativas. Negar identidades indígenas implica na negação de direitos, dentre os quais, naturalmente, está o direito de posse coletiva da terra (XAVIER, 2015).

No Vale do Jaguaribe, em decorrência dessa negação e dos conflitos ocasionados pela presença branca, da instalação das fazendas e das missões religiosas, os indígenas foram obrigados a buscar outros meios para sobreviver. Alguns grupos se aliaram ao invasor, como os Potiguara, e outros, a exemplos dos Paiacu, resistiram em defesa do seu território até não terem mais força e ao serem aldeados, onde foram vítimas de extermínio. O destino desses povos foi avassalador, uma vez que oscilando entre a doutrinação religiosa e dominação colonizadora, a violência foi persistente. Além das doenças que os europeus traziam em seus corpos, os donos das fazendas alteravam o regime de trabalho deles e entravam em conflito com missionários, que buscavam o fortalecimento religioso e a monopolização dos indígenas (FERREIRA NETO, 2011).

Considerando esses acontecimentos, podemos refletir sobre a ausência da etnia Paiacu e a falta de outros grupos ocupando a região do Vale do Jaguaribe na contemporaneidade, conforme mostra a Figura 03, que traz a distribuição indígena do Ceará no ano de 2019. Porto Alegre (1992) explica a questão da ausência a partir do conceito de “desaparecimento indígena”, que se trata de uma problemática que só pode ser conhecida e reconhecida se o discurso for voltado para o passado. A autora acredita que os nativos foram silenciados sobre a noção de assimilação, que para ela é caracterizada como “desaparecimento”, resultando no processo de miscigenação étnica e distribuição espacial da população.

Figura 03 – Distribuição dos povos indígenas no Ceará em 2019



Fonte: Montefusco (2019).

Todavia, mesmo com a ausência da população autóctone do Vale do Jaguaribe no mapa da figura 3, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, correspondente aos anos de 1991, 2000 e 2010, alguns municípios jaguaribanos apresentaram a presença de indivíduos que se autodeclaram indígenas, como é possível observar na tabela 01.

Tabela 01 – População autodeclarada indígena no Vale do Jaguaribe (1991-2010)

Município	Ano		
	1991	2000	2010
Alto Santo	-	35	-
Aracati	-	66	100
Ererê	-	6	-
Fortim	-	6	-
Icapuí	-	-	-
Iracema	-	5	24
Itaiçaba	-	-	17
Jaguaretama	-	-	6
Jaguaribara	-	-	-
Jaguaribe	-	44	-
Jaguaruana	-	15	91
Limoeiro do Norte	173	30	17
Morada Nova	-	-	34
Palhano	-	-	-
Pereiro	3	5	-
Potiretama	-	-	8
Quixeré	-	-	6
Russas	-	44	27
São João do Jaguaribe	-	-	-
Tabuleiro do Norte	-	78	9
TOTAL	176	334	339

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (1991-2010).

A captação da categoria “indígena” no Censo Demográfico só foi possível a partir do ano de 1991, com a autodeclaração no quesito “cor ou raça”, como colocou Azevedo (2008). Dessa forma, as pessoas que se identificam como indígenas no Censo não estão necessariamente ou diretamente ligadas a um grupo étnico. Azevedo (2008) aponta que pessoas que se enquadraram nessa categoria se identificam, mesmo não conhecendo a sua ancestralidade, como “índios descendentes”. Isso inclui pessoas que moram em cidades, mas que reconhecem pertencer a um grupo étnico específico, pessoas que residem em Terras Indígenas e pessoas que declaram pertencer a povos/etnias específicas que estão em busca do reconhecimento.

Sendo assim, é possível observar que essa população autodeclarada indígena no Vale do Jaguaribe contempla vários aspectos, sejam eles fisionômicos, culturais e sociais, já que nenhuma etnia é reconhecida nessa região, como é posto na Figura 03. Ainda na tabela 01, pode-se constatar que de 1991 até 2010, na medida em que os números

diminuem nos municípios em que apresentaram pessoas autodeclaradas indígenas, nos municípios sem esse contingente começam a ser registrados. Isso pode estar relacionado ao fenômeno da valorização étnica, em que pessoas ou grupos de comunidades passam a reconhecer sua ancestralidade indígena.

Ausentes na figura 03, mas com uma população autodeclarada na contemporaneidade revelada pelos Censos do IBGE, o Vale do Jaguaribe carrega consigo a memória dos povos originários, que mesmo apesar de séculos de confrontos, marcam a toponímia da região. Silva e Isquerdo (2020) apontam que refletir sobre a toponímia é olhar para o início da formação da sociedade brasileira e considerar a diversidade dos povos, línguas e culturas que aqui existiam. Os numerosos topônimos indígenas conservados até hoje, refletem, também, sobre a influência desses povos na formação socioespacial do Vale do Jaguaribe.

Segundo Sampaio (1928), os europeus partiam do litoral para o sertão e usavam o tupi, língua predominante no litoral que serviu de veículo na conquista do território, para nomear rios, montanhas, vales e até povos nativos. Os significados dos nomes seguiam as características locais. Dessa forma, a toponímia assume um papel importante na preservação sociocultural e através dela é possível perceber as caracterizações dos lugares e compreender a localização geográfica de algum deles. No quadro 01, pode ser observado os significados dos nomes de alguns municípios do Vale do Jaguaribe que possuem essa herança ancestral.

Quadro 01 – Toponímia indígena dos municípios do Vale do Jaguaribe.

Nome do Município	Significado
Aracati	Vento de maresia/ ar impregnado de mau cheiro
Ererê	Marreca, pequeno palmípede.
Itaiçaba	Passagem das pedras.
Jaguaretama	Lugar da onça.
Jaguaribara	Moradores do rio das onças.
Jaguaribe	Rio das onças.
Jaguaruana	Semelhante à onça-preta.
Quixeré	Rio estreito de águas salobras.
Iracema	A saída das abelhas, o enxame. Pode traduzir-se a saída ou fluxo do mel.
Icapuí	Mato fino.
Potiretama	Região das flores.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Sampaio (1987).

A toponímia é uma das formas mais visível de testemunho ancestral na nossa sociedade e de grande importância na crônica do espaço geográfico. Desse modo, estando

os indígenas “extintos no discurso oficial, porém vivos e ativos no cenário social”, como colocou Xavier (2015, p. 269), esse fenômeno mostra os sujeitos protagonistas da história. As diversas manifestações dos indígenas que surgiam dos conflitos contra os estrangeiros, reelaboram seu modo de existência.

Além da toponímia, na região jaguaribana há uma árvore, a carnaúba, que possui valor simbólico, cultural e econômico para população local. O nome dessa árvore vem do tupi e significa “árvore que arranha”. Vicente (2011) pressupõe que há indícios de que os grupos indígenas, em especial os Paiacu, eram habilidosos com palhas de carnaúba e que a partir desse material confeccionavam esteiras que provavelmente eram usadas em seus locais de moradia.

Podemos pressupor que essa prática do trabalho com a palha da carnaúba é ancestral, e ainda se faz presente na região. Na contemporaneidade, a economia de alguns municípios, a exemplo de Itaiçaba, está baseada no artesanato da palha dessa árvore, presente historicamente no Vale do Jaguaribe. Na grande maioria das vezes, são as mulheres que elaboram as peças e muitas delas não se lembram como e quando começaram esse trabalho, porque desde muito cedo esse ensinamento é passado de mãe para filha, revelando uma ancestralidade possivelmente indígena nesse ofício.

Mesmo sendo brutalmente violentados, assimilados à sociedade que se construía, esses povos nos dizem que estiveram aqui e resistiram antes de nós através da presença marcante na toponímia dos municípios e nos costumes preservados, como no ofício de trançar a palha da carnaúba. Apesar da tentativa colonial de eliminar seus hábitos, costumes e culturas, os indígenas não ficaram presos ao passado, continuam se reinventando, transformando e se organizando até os dias de hoje. Por isso devemos preservar na memória a luta desses povos, para não nos esquecermos de lutar e resistir pelo território que é nosso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema colonial modificou o espaço diversas vezes para seu próprio benefício, e a partir dessas modificações realizadas em diferentes tempos pode-se compreender o atual espaço concretizado. A formação socioespacial é produto dessas modificações e desses diferentes tempos que estiveram envoltos de violência e desigualdade.

Defende-se que os indígenas foram os maiores contribuintes nesse processo, pois todas as atividades econômicas se desenvolveram sobre terras indígenas. Foram eles que

perderam seu espaço para um inimigo cruel e devastador, enfrentaram a dinâmica que os cercava e os envolvia. Buscaram se reconstruir dentro dessa dinâmica, sucumbiram perante a racionalidade econômica e social desse processo violento, foram inferiorizados, perderam suas identidades e desapareceram.

A pecuária foi um fator incisivo na formação socioespacial do Vale do Jaguaribe. Com a introdução dessa atividade econômica, as relações sociais foram modificadas e as terras foram tomadas. Lima (2020, p. 184) diz que a partir desse processo a sociedade que se consolidou era “aristocrática, com fontes de riquezas advindas do meio rural, arraigamento de famílias tradicionais com domínio econômico e político secular e amplas ligações aos interesses exógenos”.

Compreende-se, então, que a formação socioespacial do Vale do Jaguaribe envolve muitas lutas contra a homogeneidade do território que acabou por produzi-lo sob a ambição do homem branco e a imposição do silêncio frente à luta dos povos originários para permanecerem no seu território. Nesse sentido, essa análise, que trata de um aspecto importante sobre a história da região jaguaribana, nos possibilita interpretar sua formação socioespacial a partir de um processo doloroso, com a entrada dos brancos e da pecuária, que juntos legitimaram a desapropriação das terras indígenas. Esse processo obrigou os povos indígenas originários dessa região a se integrarem e a desaparecerem na sociedade e no espaço que se produzia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANTUNES, T. de O. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 8-27, 2012.

APOLINÁRIO, J. R. Ações multifacetadas do Tarairiú nos sertões das capitâneas do norte entre os séculos XVI e XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, S. G. **O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colonial do Brasil: séculos XVII e XVIII**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2007.

AZEVEDO, M. M. do A. Diagnóstico da população indígena no Brasil. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 60, n. 4, p. 19-22, 2008.

CARVALHO, R. F. Nas jurisdições do império: espaço e poder na capitania do Ceará no século XVII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, **Anais...** Natal, 2013.

CAVALCANTE, A. A.; MAIA, R. P.; MORAIS, J. O. Dinâmica fluvial no Baixo Jaguaribe-CE: uma avaliação a partir dos estudos de descarga sólida. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 6, **Anais...** Goiânia, 2006.

CHAVES, M. L. J. **Agronegócio e urbanização**: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura. 2016. 246f. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, 2016.

DORNELLES, S. S. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. 2017. 265f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2017.

FERREIRA NETO, C. Indígenas e Negros no Vale do Jaguaribe: entre o cativo e a liberdade. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA, NEGRA E AFRO-BRASILEIRA, **Anais...** Morada Nova, 2011.

GIRÃO, Raimundo. **A marcha do povoamento do Vale do Jaguaribe 1600- 1700**. Fortaleza: Edição do Autor, 1986.

GOMES, J. E. A. B. **Um escandaloso teatro de horrores**: a capitania do Ceará sob o espectro da violência. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010.

GUERRA, M. D. F.; SOUZA, M. J. N.; LUSTOSA, J. P. G. A pecuária, o algodão e a desertificação nos Sertões do Médio Jaguaribe - Ceará/Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, p. 103-112, 2012.

LEITE NETO, J. **Índios e Terras 1850-1880**. 2006. 242f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIMA, L. C. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VI, 2002.

LIMA, L. C. **Geografia humana do Ceará**: espaço, técnica e tempo. 1.ed Fortaleza: Editora da UECE, 2020.

MENDES, A. R. R. A pecuária cearense entre o passado e o futuro: discurso de modernização da indústria pastoril no século XIX. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC, 12, **Anais...** Quixadá, 2016.

PALITOT, E. M. (Org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. 2. ed. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.

PEDROSA, T. de L.; ALMEIDA, S. C. C. de. A relação dos rios com os engenhos de cana-de-açúcar no Pernambuco colonial. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 13, **Anais...** Recife, 2013.

POMPEU SOBRINHO, T. Tapuias do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano LIII, Tomo LIII, 1939.

POMPEU SOBRINHO, T. Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman. **Revista Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo 48, 1934.

PORTO ALEGRE, M. S. Aldeias indígenas e povoamento no Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da "cultura do contato". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, **Anais...** Caxambú, 1992.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido de Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. 3 ed. Bahia: Escola de Aprendizizes Artífices, 1928.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, E. C. de A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, 2018.

SILVA, C. A. do N. da; ISQUERDO, A. N. Toponímia e línguas indígenas: um estudo de caso com base na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Moara**, Belém, n. 55, p. 170-189, 2020.

SILVA, R. R. da. O sertão como espaço a ser conquistado: doação de sesmarias e formação de uma elite conquistadora na capitania do Siará Grande (1679-1750). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, **Anais...** Natal, 2013.

STUDART FILHO, C. Notas históricas sobre os indígenas Cearenses. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 45, p. 54-103, 1931.

STUDART FILHO, C. Notas históricas sobre os Baiacus do Ceará. **Revista Instituto Ceará**, Fortaleza, t. LXXII, p. 15-34, 1958.

STUDART FILHO, C. Notas históricas sobre os indígenas cearenses. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 45, p. 54-103, 1931.

VALVERDE, O. Geografia da Pecuária no Brasil. **FINISTERRA, Revista Portuguesa de Geografia**, vol. 2, n. 4, p. 244-261, 1967.

VICENTE, M. F. **Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus**: a etnia Paiaku nas fronteiras da colonização. 2011. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

XAVIER, M. O. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social:** os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. 2015. 304f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
